



**ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS  
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

### **36ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

Ao sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas em primeira chamada e às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório da Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a trigésima sexta Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Cecília Nin.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **APN VG** – Tânia Peixoto (titular)
- **Comitê Gravataí** – Sérgio Cardoso (titular)
- **CURICACA** – Alexandre Krob (suplente)
- **DUC/SEMA** – Cecília S. Nin (titular) Denise Machado (suplente)
- **EMATER** – Paulo da Silva Viegas (titular)
- **FARSUL** – Ivo Lessa (titular)
- **FIERGS** – Marilene Conte (suplente)
- **FIERGS** – Alcício Eduardo Bottin da Silva (titular) Tiago José Pereira Neto (suplente)
- **FIERGS** – Cristiano Weber (titular)
- **FZB** – Ricardo Aranha (titular)
- **INCRA** – Paulo Heerdt Jr (suplente)
- **Quinta da Estância** – Luícidio Morsch Goelzer (titular)
- **Pref. Municipal de Glorinha** – Lauro Oliveira da Silva (titular)
- **Pref. Municipal de Santo A. da Patrulha** – Állan Costa da Rosa
- **Quinta da Estância** – Luícidio Morsch Goelzer (titular)
- **Sindicato Rural de Viamão** – Pedro Silverio (titular)
- **SDR** – Ricardo Diel
- **UFRGS** – Teresinha Guerra (titular)

Compareceram também os seguintes visitantes:

**Luisa Lokschin (DUC/SEMA), Jan Karel (FZB), Larissa Bisotto (UFRGS), Cecília Balsamo (UFRGS), Viviane Brenner (UFRGS), Laurindo A. Guasselli (UFRGS), João Paulo Signori (UFRGS), José A. B. (Pref. Glorinha), Henrique Monteiro (Sto. Antonio da Patrulha, meio ambiente), Marino Cestari (Glorinha), Maurício Cardoso Barcellos (Associação Arrozeiros), Manoel Adam (Sindicato Rural SAP).**

A Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Cecília Nin, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros. Apresenta a pauta: Aprovação da ata assembleia anterior/Plano de manejo/Recuperação dos banhados/Licenciamento das quatro linhas de transmissão. Informa que a ELETROSUL solicitou que fosse retirada sua apresentação da pauta. Passa a palavra para Teresinha Guerra e agradece pelo espaço cedido para reunião.

**Teresinha Guerra** – se apresenta como representante da UFRGS. Em dois mil e treze recebeu **recurso** da Universidade para fazer projeto de Educação Ambiental (EA) na Bacia hidrográfica. O projeto foi elaborado e passou por muitos trâmites na UFRGS e foi iniciado em dois mil e quatorze. Tinham em torno de quinze a vinte alunos bolsistas do curso com professores de escolas, nove meses com abordagem em recursos hídricos e trabalho com projetos para ser executado na escola. Houve diálogo com a Secretaria do Meio Ambiente. As exigências eram colocar no papel o que era feito. Houve também dois *Workshops* com posterior apresentação no Comitê de bacia. Foram produzidos materiais como livros, folders. A produção foi de um livro com uma série de dados sobre a educação ambiental e foi feito também um levantamento das ações de educação ambiental de cada município, do que eles estão fazendo. E também pegaram dados secundários ligados a várias áreas que se pode trabalhar e também é uma forma de disponibilizar para muitos que não conhecem a bacia hidrográfica. Como foi feito o livro com o dinheiro público a gente fez um número “x” que será entregue nas escolas que ainda não foi entregue. Será entregue para as secretarias municipais de meio ambiente e educação conjunto completo, porque o livro chegou agora no mês passado também demorou para ser impresso. E outra coisa que foi um algo a mais que fizeram, porque perceberam que os professores precisam de algo também diferente para trabalhar determinadas temáticas. Então foi feita uma licitação e foi contratada uma empresa e as licitações são incríveis porque a empresa que ganhou para fazer o livro era do Rio de Janeiro e a empresa que ganhou para fazer os vídeos era de Campinas São Paulo, então vocês imaginem as dificuldades nesse sentido de se tratar tudo isso. Mas no fim deu certo são oito vídeos pequenos que tratam sobre gestão da água, sobre resíduos sólidos que muitos são desenhos. Tem um vídeo que a gente fez sobre o Refúgio da Vida Silvestre, sobre educação ambiental mas tendo como

base o cervo do pantanal. E são todos eles muito curtos porque o objetivo é o professor colocar o vídeo e depois ele desenvolve a temática é aquilo para chamar a atenção. E o último vídeo trata da trajetória de como foi feito o trabalho em si e daí envolve entrevistas também. Tem sobre plantas medicinais em formato de entrevistas. Todos eles estão sendo disponibilizados, por exemplo no “youtube” vocês podem acessar. E o livro também este em formato digital na nossa página tanto os vídeos quanto o livro. Todos podem acessar esse é um dos objetivos divulgar o máximo possível porque nas escolas tem que se trabalhar muito mais com dados da área, da região. Se trabalha muito com dados até de fora se vai numa escola e se pergunta o nome dos animais eles vão citando o nome de vários animais da África, mas não citam os animais que fazem parte do nosso sistema ecológico. Já que tinha verba para fazer isso o nosso objetivo foi isso. E o interessante foi o trabalho de fazer os alunos trabalhar bastante porque nove meses é um tempo curto para fazer tudo que eles tinham que fazer. Não foi fácil porque o nosso grupo ficava sempre ainda disponível para ir na escola sendo que eles necessitassem também. Porque a gente ia na escola também acompanhar o que eles estavam fazendo. Mas também não é fácil até porque eles tem uma carga muito pesada de atividades nas escolas. Mas de qualquer maneira acha que foi válido, foi uma boa experiência para eles e assim falando com eles quem for ver o vídeo nas entrevistas vai perceber o quanto eles também se manifestaram quanto a isso. Então em termos do trabalho da bacia hidrográfica do Rio Gravataí como um todo. Qualquer coisa podem mandar um e-mail para ela. Os livros impressos ela não tem muitos por questão de verba, acha que vão conseguir segurar cem desses livros para disponibilizar também na Feira do Livro. Informou o e-mail: tg@ufrgs.br. Ela não quer fazer propaganda é muito mais para dizer a importância de ter os dados das áreas para que as pessoas conheçam. Eles foram em escolas que ficavam a cinquenta metros de um arroio, nunca ninguém da escola chegou até o arroio. É uma coisa assim impressionante de não conseguir perceber nem sequer o entorno de onde eles vivem. Então imaginem as escolas que ficam na APA, junto a uma unidade de conservação por que não aproveitar um ambiente tão bonito que é essa região. O site ela informa para a Cecília e ela disponibiliza no e-mail para todos. Cecília informa que vai tentar disponibilizar no “facebook” da APABG. Agradece. **Cecília Nin** – fala que o material da Teresinha será de grande utilidade porque a equipe da APA vai tentar mexer com educação ambiental. Na escola onde está a sede da APA agora elas perceberam a dificuldade de chegar nos alunos. Eles perguntam o que é APA. Então se já tivesse esse material mais lúdico seria muito mais fácil chegar nos alunos.

### **Pauta 1 - Aprovação da Ata da 34ª Assembleia**

**Cecília Nin** – sobre a ata da reunião anterior ela coloca em apreciação. Pergunta se algum conselheiro tem alguma ressalva, alguma consideração ela sabe que ficou bastante extensa, acha que nem todo mundo conseguiu ler. **Lisandro Signori** – disse que ele até mandou um elogio porque a riqueza de

detalhes permitiu para quem não estava na reunião, entender com muita clareza todo o raciocínio que foi desenvolvido pelo professor **Andreas, além da** apresentação da pesquisadora do sensoriamento remoto, que ele achou muito bom. Ana Paula agradece. Nenhuma manifestação a mais Ata considerada aprovada. Cecília passa a palavra para Denise Machado conduzir a pauta sobre o plano de manejo.

## **Pauta 2 – Plano de Manejo**

**Denise Machado** – foi feito um encaminhamento na reunião anterior ao Ministério Público de solicitar um cronograma de execução. Então para que pudesse ser cobrada as partes a execução do plano de manejo. Então fomos convocadas para uma reunião com o Ministério Público da regional da bacia do Gravataí com promotor Eduardo Viegas. Nessa reunião estiveram presentes a APA o Refúgio, Paola Stumpf da DUC, a secretária adjunta Maria Patrícia e o deputado Tarcísio Zimmerman. O que ficou de encaminhamento dessa reunião que a SEMA deveria apresentar o cronograma de trabalho de execução do plano de manejo até trinta de seis de dois mil e dezesseis. Esse é o prazo para a APA do Banhado Grande. Até o dia vinte e dois do oito deve ser renovado o convênio com a FZB, ou seja, o aditivo aquele tão sonhado. E a secretária adjunta afirmou que atualmente não tem problema de falta de recurso. A gente está com o recurso liberado, a SRO está liberada também. Mas enfim entre ter o recurso liberado e ter o serviço contratado tem uma distância administrativa um pouco grande. Então a situação administrativa atual é que a gente está com a SRO liberada que é o que diz que tem dinheiro lá no estado para a gente gastar e podemos encaminhar as compras. A partir desse documento. Estamos na fase de atualizar os orçamentos, porque esses orçamentos duram três meses já passou. Atualizando os orçamentos serão encaminhadas as contratações. Contratações que não serão feitas pela FZB que são o sócio econômico a parte de gestão de condução do processo do plano de manejo e a parte de diagnóstico de algas que vai ter um viés mais de qualidade de água. Sobre a questão do convênio que precisa ter o aditivo porque mudou a forma de repasse do recurso, isso tudo foi modificado por esta gestão, não vai haver mais repasse para FZB. Como diz a secretária a FZB vai exercer sua atividade finalística. E a gente vai contratar a parte da SEMA, que segundo ela isso diminuiria os degraus. Essa é a situação que a gente está hoje. Então a gente não quer iniciar um processo também sem ter nada contratado, assim que tiver tudo encaminhado, tudo licitado aí se pode retomar o trabalho, aí sim não tem problema de dinheiro. Pergunta se alguém quer falar alguma coisa sobre o plano, ou realmente é esperar. **Sérgio** – pergunta se tem um cronograma até dezembro se tem o que pode ou não avançar, por exemplo junho o que está previsto. Porque chega dezembro daí nada acontece, bom daí vamos cuidar de outra coisa. **Jan Karel** – essa conversa que se retomou com a SEMA hoje, que se garantiu que o recurso seria liberado. O aditivo foi quase um termo novo, o objeto continua o mesmo mas foram feitas alterações. Na quarta-feira pretendem marcar uma reunião com a secretária, com a diretora administrativa Vera para entregar esse termo novo e as atualizações já

passaram pela CELIC então provavelmente vai ser mais rápido. Como era só atualizar acha que pode ser bem mais rápido agora e que até o final do ano já tenham feito as licitações das empresas contratadas. **Sérgio** – diz que com o cronograma se pode cobrar alguma coisa com alguém, não fica nesse se se... **Denise Machado** – disse que por isso o Ministério Público pediu essa data. **Jan Karel** – infelizmente não tem como dizer o mês certinho. Os processos vão voltar para CELIC e lá são os prazos deles para abrir as licitações. **Denise Machado** – diz que até o dia trinta do seis a secretaria tem que mandar para o Ministério Público um cronograma. O nosso cronograma da parte técnica está lá no plano de trabalho desde muito tempo atrás. A gente cumpriu a etapa um da meta um, o resto tudo a gente tem que fazer. Porque não foi feito por falta de liberação de recurso. O cronograma técnico não muda, o que vai ser o tempo que a secretaria vai estipular para o Ministério Público para o processo de licitação para essa parte administrativa daí realmente é com o setor administrativo. Mas até trinta do seis a secretaria tem que manifestar para o Ministério Público esse cronograma. **Ivo Lessa** – pergunta se o contrato com a FZB não existe mais? Denise responde que existe. Ivo Lessa pergunta o convênio existe? Mas quem vai contratar é a secretaria então? **Denise Machado** – o que acontece é que o convênio antigo previa que tinha que existir um repasse de recurso para a FZB. Agora eles decidiram que não vão mais fazer isso, então está sendo feito um aditivo como o Jan falou. Que na verdade é quase um convênio novo objeto é o mesmo que é o plano de manejo o resto tudo muda, porque não haver mais esse repasse do recurso. As contratações serão feitas direto pela secretaria, é quase como um termo de cooperação técnica que não vai ter repasse, um vai executar uma parte outro vai executar outra. **Ricardo Aranha** – mas a responsabilidade do plano de manejo continua sendo da FZB. Denise responde que sim, quase que somado a SEMA já que a SEMA vai contratar uma parte. **Cecília Nin** – fala que inclusive o veículo que era para a FZB utilizar no plano de manejo para fazer as saídas eles querem que fique com a APABG. **Denise Machado** – daí vai ter que prever no convênio que a SEMA vai emprestar os veículos, vai emprestar a cota de combustível e tem tudo isso para modificar no aditivo e isso tudo é o que a parte administrativa está fazendo. **Alexandre Krob** – mas quem recebe os produtos técnicos? Quem é responsável pela avaliação dos produtos técnicos. **Denise Machado** – pois é isso a gente vai ter que ver como construir no instrumento, possivelmente vai ser uma comissão conjunta porque hoje já é. **Jan Karel** - conjunta entre SEMA, FZB e as contratadas. **Denise Machado** – o que muda é que toda a parte administrativa fica com a secretaria. **Teresinha Guerra** – qual o grupo da secretaria que seria responsável? **Denise Machado** – pergunta se administrativo ou técnico e Teresinha pergunta se não é tudo uma coisa só Denise responde que não. Porque quem é o responsável pela parte administrativa é o setor administrativo, por exemplo ela que é técnica não tem atribuições para responder pela parte administrativa. **Luisa Lokschin** – Denise a Paola e a Cecília fazem é fiscalizar, mas atribuição administrativa é deles.

## **Pauta – Erosão e Rcuperação Ambiental**

**Cecília Nin** – com relação aos estudos da Metroplan elas analisaram todo o estudo. No diagnóstico deles verificaram falhas grandes, não atendimento ao termo de referência e por isso foi emitido um parecer da APABG desfavorável ao produto diagnóstico da Metroplan. Isso foi colocado até direto ao consórcio, principalmente em relação a questão da erosão e eles assumiram esse erro e vão tentar colocar isso após. A gente está em cima, dia dezesseis a gente tem outra reunião com a Metroplan e o consórcio e os demais representantes da sociedade e a gente vai cobrar isso de novo. Enquanto eles não atenderem o TR gente vai emitir parecer desfavorável. Tem uma reunião pública onde vão apresentar esses produtos dia oito de junho e informa que mandou por e-mail. O que se quer dentro disso é a recuperação ambiental. Eles tem que fazer um estudo completo da bacia e isso envolve medidas estruturais e não estruturais, dentro disso a gente vai brigar pela renaturalização do rio Gravataí. **Tiago** – pergunta se os termos de referência que não foram cumpridos pela Metroplan, foram referentes a essas ações. **Denise** – diz que foi pelo consórcio. **Tiago** – pergunta se pelo consórcio foi pelas ações de mitigação. **Cecília Nin** – responde que não. Dentro do item diagnóstico eles colocaram subitens e dentro disso eles não estão atendendo uma série de questões, tanto da renaturalização como de outras coisas. Ela disse que poderia passar o parecer delas para o conselho. Falou que na convocação ela manda um link onde consta tudo, os estudos, as atas das reuniões, eles podem acessar que é público. **Denise Machado** – bom agora não especificamente sobre os estudos da Metroplan, elas até convidaram o pessoal do licenciamento remoto para apresentar a questão da recuperação ambiental. Mas ela traz sempre o que é os objetivos da unidade de conservação que é o que norteia enquanto não tem plano de manejo. Dentre os objetivos da APA BG, além da preservação dos banhados, de compatibilizar, conservar solo, recursos hídricos, a gente tem o objetivo de recuperar áreas degradadas com vistas a regeneração dos ecossistemas naturais. Além de contribuir com a vasão do rio Gravataí, proteção de flora e fauna e locais de reprodução dessas espécies. Tem dito no objetivo que a gente precisa recuperar a área. E a gente tem o nosso principal problema ambiental que se a gente não atacar a gente não está fazendo nada na gestão da unidade de conservação foi a drenagem dos banhados que foi feita não apenas pelo DNOS, mas foi o que primordialmente acabou com boa parte dos remanescentes essa drenagem feita pelo DNOS. Mostra a imagem antiga que mostra o canal já construído mas a área íntegra do banhado grande e depois pra lá segue Chicolomã e o Banhado dos Pachecos que vinha pelo lado seguia para baixo. Então hoje o que a gente tem de remanescente fora a área da reserva ecológica de Gravataí. Que até é interessante dizer que Glorinha desistiu da reserva então só Gravataí vai continuar com processo de recategorização da reserva ecológica do banhado grande. A gente tem o remanescente do banhado grande Chicolomã e o remanescente Banhado dos Pachecos e alguns remanescentes que foram áreas que na verdade não são remanescentes necessariamente que foram áreas que foram convertidas e estão em processo de recuperação as duas na área do assentamento. O Banhado das Caturritas e o Banhado dos Porcos que pega um pouco da

Fazenda Embireiras e são áreas que entraram em processo de recuperação por ter dificuldade do manejo. A gente tem um passivo de restauração ambiental na unidade de conservação que causa problemas não só de processos erosivos como problemas de perda de biodiversidade e perdas de áreas para essa espécie. A gente tem um problema que afeta diversos objetivos da unidade de conservação que a gente vem com uma série de estratégias tentando pensar numa solução para isso. E que está associado também a problemas sociais como alagamento principalmente nas regiões urbanas posteriores fora da APABG e falta de água. Bom então a gente já tem a sinalização em vários estudos da barragem, sejam elas barragens tradicionais com vertedouros ou barragens galgáveis com uma solução para esse problema. Isso não saiu até hoje principalmente por problema de qualidade de água. Mostra uma foto de uma barragem num momento de cheia para mostrar mais ou menos o que seria uma área de alagamento de uma barragem. Ela pegaria boa parte da planície de inundação, uma cota bem alta, traria problemas de degradação ambiental, de perda e fragmentação de água na zona núcleo de perda de biodiversidade incluindo espécies ameaçadas incluindo o cervo do pantanal. Favorece o ingresso de caçadores e estabelecimento de espécies de exóticas e invasoras, peixes e outras espécies. E essa opção também tem impacto econômico significativo com perda de área de lavoura retirada de comunidades locais e tradicionais, a gente tem comunidades quilombolas na região que seriam alagadas. Comprometimento da captação de água. Por isso a gente começou esse trabalho junto com a Metroplan antes de ter um ganho de licitação ou não antes de ter uma empresa vencedora para a gente ter propostas que considerem a renaturalização. Isso já foi uma coisa que não veio da nossa cabeça foi uma extraordinária do comitê Gravataí que aconteceu lá na AEBA que trouxe essa proposta que é uma coisa que é usada hoje na Europa que se trabalha com essa ideia de recuperar e restaurar ambientes. Eles foram vendo que as alternativas de engenharia local não resolviam o problema só aumentavam. Restaurar o ambiente estava trazendo mais resultado. Essa proposta a gente entende que tem ganho ambiental no momento em que ela restaura a dinâmica hídrica do ambiente, recupera os ambientes aumenta as áreas disponíveis para as espécies e traz uma maior biodiversidade. E além disso a gente entende que ela tem benefícios sócio econômicos porque ela abrange uma área bem menor de perda de lavoura. Tem uma maior disponibilidade hídrica pelo conjunto de usuários, ou seja, talvez vai ter um ou outro proprietário que vai perder uma parte de sua área menor do que na opção da barragem. Mas mesmo assim a coletividade vai ter um aumento da disponibilidade hídrica no momento que tem áreas que fazem essa regulação hídrica que são as áreas de banhado. E manutenção das comunidades locais e tradicionais. Então a nossa ideia teve essa poligonal que foi apresentada do comitê Gravataí - mostra a imagem - a sobreposição da área das caturritas, da reserva ecológica, enfim como é uma unidade de proteção integral em algum momento ela pode ser desapropriada. Essa área da reserva em geral são áreas que estão com grau de integridade ambiental maior porque tem pouquíssimo uso agrícola é

mais pecuária. Ainda tem os meandros do rio desenhados no terreno, o rio está onde ele deveria estar, mas a água não corre por ele. E além disso tem a área do remanescente do banhado Chicolomã e Banhado Grande enfim são áreas de banhado são áreas de preservação permanente não tem como ter utilização. Então hoje a gente tem algumas questões de território que a gente pretende trabalhar isso junto com o conselho, vamos pensar numa câmara temática ou num grupo de trabalho para tentar trabalhar essa proposta para adequar o limite em alguns pontos e pensar numa proposta numa estratégia de fato efetivar a recuperação ambiental que é o interesse coletivo. Mostra na imagem a principal zona de conflito, a região onde a poligonal da bacia da planície de inundação do rio, onde o rio foi realmente alterado onde tinha os meandros do rio e hoje não se tem mais porque as demais áreas são áreas com grau de integridade maior. Esta proposta de restauração envolve tanto remeandrar o rio nos lugares onde tem meandros quanto construir contenções no canal na região dos banhados. O que já era uma proposta de certa forma adaptada daquilo que o IPH tinha proposto com relação ao banhado especificamente. Mas enfim a gente tem uma situação hoje de processo erosivo do banhado que ele é resultado não apenas do canal do DNOS porque o canal do DNOS está ali há quarenta anos, mas pelo aumento da quantidade de uso de água na bacia que está cercando o banhado. Mostrou uma foto para tentar exemplificar o que é o rio remeandrado, é claro que esta situação para eles é a mais favorável porque naquele ponto o canal está fechando. Mostra um trecho que o canal está bem assoreado, a distância está só um fiozinho até para passar de barco está difícil. O meandro está se tornando ativo, nesse caso pelo processo natural. A gente tem outra região e mostra imagem onde tem um canal muito consolidado, um meandro grande do rio que não está sendo alimentado. Então são várias situações ali que uma solução local num ponto ou no outro não vai resolver. Então a gente tem que restaurar o rio para ele voltar a funcionar. **Lisandro Signori** – pergunta se em todo curso da para voltar o rio, aos seus meandros originais. **Denise Machado** – ele tem uma parte que não tinha meandros que ele é banhado e essa área realmente a gente não tem como remeandrar. **Lisandro Signori** – sim, mas vai dar para repor a situação original em toda área? **Denise Machado** – acha que é interessante ouvir a apresentação que o grupo da UFRGS irá fazer sobre o assunto. Ela particularmente acha que voltar o que era antes acha que não vão conseguir, mas a ideia é chegar o mais próximo possível. Recuperar o banhado e renaturalizar o rio Gravataí. Então chama os pesquisadores do sensoriamento remoto para fazer a apresentação. **Professor Laurindo** – se apresenta falando que eles são do Instituto de Geociências. Estão trabalhando na área da bacia basicamente com mapeamento utilizando tanto fotografias aéreas quanto imagens de satélite. Explica que tentou fazer uma coisa muito resumida em função do tempo. Eles tem pensado no que é bastante importante na questão das áreas úmidas como um todo, a questão da escala temporal é importante, então estão trabalhando com uma série histórica de dados de vasaõ de mapeamento de áreas de inundação, de áreas de arroz. Eles tem feito vários trabalhos nesse sentido. Esses trabalhos estão de certa forma

relacionados com algumas dissertações de mestrado e tese de doutorado que eles tem colocado ali na área. Então a gente tem muita informação muito mapa produzido para essa área. Começa mostrando um mapa que é uma carta antiga que mostra o que ele estava falando. O banhado grande, os Pachecos e a área do Gravataí. Toda a discussão é baseada em que cada uma daquelas áreas são compartimentos diferentes. Banhado é um termo regional aqui do Rio Grande do Sul que não se usa no resto do Brasil. Eles tem usado o conceito para estudo de áreas úmidas. Então estão entendendo que ali tem de forma simplificada basicamente três ambientes de áreas úmidas diferentes. As áreas de banhado que são ambientes paludais, a área inundável do Rio Gravataí e mostra na imagem a conexão entre os dois banhados que é basicamente um ambiente com antigo fundo lagunar quando a coxilha das lombas isolou a bacia do resto mar. Então eles tem procurado entender a dinâmica dos pulsos de inundação e das propostas de áreas de conservação entendendo o que cada um dos ambientes mostra. A gente tem entendido que a área dos banhados e a área de inundação do Gravataí são sistemas diferentes. Mostra na imagem que se observarem quando se tem um grande pulso de inundação nesse sistema, observem que essas áreas estão todas conectadas. O acontece nessa interligação dos ambientes que aquilo é basicamente uma área com a mesma cota tem uma cota de onze metros que um pulso de inundação significativo assim, essas três áreas são integradas. Então enxergando esses três compartimentos vê que um pulso de inundação de todo o trecho a jusante da parte da bacia do Gravataí também fica parcialmente inundada. Então a lógica que a gente tem procurado entender com as características desse ambiente e as propostas que a gente tem feito com base nessa integração que a gente pode observar que a partir já de uma cota de onze metros, como área da imagem é muito plana vê que essa área não inunda. E mostra onde está a cota de onze metros e que estão numa em torno de cinco metros é um outro compartimento da bacia como podem ver nas áreas de inundação. Em função disso eles começaram a estudar vários aspectos do que diz respeito a esta área de integração entre os diferentes ambientes. Inundação, banhados e a área úmida como um todo pensando nesse conceito. A partir daí começaram a trabalhar vários aspectos um deles é essa área de inundação ali próximo do canal do Gravataí. Então fizeram uma série de mapeamentos, podem ver a primeira área essa erosão está sendo muito acelerada, muito rápida. Mostra a imagem o quadro e pede que observem o quanto em menos de dez anos como está acelerado a erosão. Eles estão tentando ver qual é a dinâmica, porque vendo a imagem pede que observem que lá em cima aparentemente a erosão ia seguir lá em direção ao norte naquela linha e vejam o que foi desativado e reativou em alguns outros setores. Eles estão tentando entender o que influencia essa dinâmica, mas já conseguiram perceber usando imagens de inundação que é basicamente o fluxo da água em períodos de cheia que flui pela superfície em direção a essa área norte do banhado e ele em função desse canal perpendicular ao fluxo da água ele rompe esse processo, gera o processo erosivo e a erosão vai de jusante para montante. Explica na imagem a questão da área da voçoroca o

processo vem bem acelerado ele é bastante agressivo nas novas áreas. Então eles tem uma série de mapeamentos com diferentes metodologias mas ali é uma síntese do mapeamento. E eles tem analisado outras questões também o processo de erosão a partir do próprio canal do Gravataí. Mostra imagem de dois mil e três, a última que é de dois e dezesseis e podem observar naquela imagem inicial podem acompanhar o crescimento dessas células que vão em direção a montante e em direção ao banhado. Acompanhando vão vendo como o processo vai caminhando. Pede que observem em dois mil e dezesseis o quanto as células estão alargadas e mais aprofundadas nesse processo. Isso obviamente se pode pensar que vai ter um impacto grande no resto do banhado. Por que eles pensam que é importante entender essa dinâmica também e não só voçoroca. Porque olhando a velocidade se percebe que fazendo intervenção apenas na área da voçoroca não vai adiantar de nada. Porque a erosão no canal do Gravataí tem sido muito mais acelerada do que na área voçoroca. Então a partir dos trabalhos que a gente tem feito estão percebendo que não adianta uma intervenção de forma pontual que não vai conter esse processo de erosão. Isso vem lá do início do canal do Gravataí, a gente pegou só o recorte, mostrou a imagem da erosão e o encaminhamento para o banhado. Então a gente tem procurado mapear, identificar e ver como é que essa dinâmica funciona em período de seca em período de inundação para ver como é que a gente vai poder codificar como é que esse processo está indo. Então estão trabalhando com a erosão naquelas duas escalas voçoroca e o canal. Mostra uma imagem de outro trabalho que estão fazendo que é de renaturalização. Já que a gente entende que uma intervenção de forma pontual não resolve tem que tentar entender que outras técnicas se pode utilizar para tentar equilibrar o sistema. Então mostra a imagem do canal e alguns meandros do rio que foram cortados e a proposta inicial que eles estão fazendo é referente a um ponto do canal Gravataí que está totalmente assoreado e em período de seca principalmente esta área fica bastante desativada e a água passa a circular exatamente no que eram os antigos meandros no rio Gravataí antes da canalização. Então essa área já esta naturalmente ativada o que estavam propondo ali como técnica era colocar algumas barreiras feitas basicamente de troncos e sacos de areia, uma espécie de cerca para romper essa ligação do canal e reativar o meandro nesta área. Então a gente vê inclusive que o ponto de saída está bastante ativo. Estavam propondo que o rio meandrasse pelos antigos meandros que já estão totalmente conectados. A imagem é uma primeira área, mas é óbvio que eles fizeram alguns estudos, pede que observem a direita da imagem onde se vê que tem uma densidade de meandros em boa parte do canal, quase até próximo do banhado. Detectaram pelo menos três pontos para fazer o que eles chamam o conceito de renaturalização desse trecho canalizado do Gravataí. Falou que isso é bem viável porque aqueles canais ali estão bem ativos. Na literatura eles chamariam isso de canais abandonados mas se fosse abandono natural mas ali ele está cortado pelo canal do Gravataí. Essa técnica é de baixíssimo custo, estão querendo implementar isso aí pensando no equilíbrio em relação à área do banhado na questão da erosão. Pede que observem pensando naquela

imagem que foi mostrada antes de inundação, o polígono ali é exatamente uma cota de onze metros. Vejam que naturalmente quando um pulso de inundação aquele antigo fundo lagunar entre os dois banhados e a planície fluvial do rio, elas estão conectadas. Mostra no mapa que elas tinham um espaço que inundaria mas que atualmente está conectado em função da canalização do arroz. Observem que é exatamente uma cota que integra esses dois ambientes. Na verdade pegou alguns mapas só para terem ideia, a gente procurou identificar a partir de uma série temporal de imagens de satélite e de chuva, e de cota do rio quais são as áreas que são inundadas a partir de um determinado acumulado de chuvas que a gente tem para as cotas. Mostrando a imagem pede que observem aquela primeira área que é basicamente a planície de inundação do Gravataí ela normalmente inunda quando chove em torno de duzentos milímetros em trinta dias e o outro limite mais escuro em torno de duzentos e cinquenta milímetros. Então a gente consegue mesmo com imagens de satélite nessas escalas identificar quais são os compartimentos da área integradora, no conceito mais amplo área úmida como é que eles se conectam em relação aos banhados e o que teria de importante para a gente pensar em conservação, manutenção dessas áreas úmidas. Foi muito sintético nos mapas, e pede para observarem uns polígonos no mapa. Esses polígonos são aquele estudo do IPH, da questão da barragem e se vê que a área é praticamente a mesma, porque eles estavam usando na verdade as cotas de inundação. Então esse polígono é exatamente a mesma área inundável pela barragem. A partir da barragem essa área seria inviabilizada, não é com certeza o que a gente está propondo lá nos nossos limites e entendimento desta dinâmica. Outra questão que a gente tem trabalhado e pegando algumas datas só para ter uma ideia, a gente tem feito um mapeamento das áreas de arroz na bacia. Essa primeira data é oitenta e cinco, noventa e seis essa última é de dois mil e quinze. O que a gente está tentando fazer com isso já que a imagem de satélite nessas áreas dá uma altíssima precisão de mapeamento a precisão em relação a área plantada e precisão de imagem de satélite nessas áreas gira em torno de noventa e sete ou noventa e oito por cento, então para a gente codificar isso é uma precisão bastante grande. Mas o que a gente quer com o levantamento do arroz ali basicamente é entender como funciona a dinâmica de rotação das áreas de cultivo e como que ela se situa nessa área de cota de onze metros e mostrando aqueles diferentes compartimentos. A gente tem procurado codificar o que tem de arroz dentro de cada compartimento e entender a dinâmica inundação, banhado, inundação e atividade. O que se vê nos mapas de oitenta e cinco a dois mil e quinze arredondando em torno de cinco mil hectares em torno **de treze mil** hectares na planície da bacia dentro da planície de inundação a gente tem lá as codificações. E a gente também procurou avaliar muito o que tinha de arroz dentro de cada um desses limites do polígono que estavam propondo como discussão. No limite que foi apresentado em vermelho em primeiro limite tem dois mil e quinhentos hectares de arroz. Procuraram identificar quais eram esses limites, o que tinha de arroz dentro das diferentes áreas, mostra o polígono vermelho que numa primeira versão foi proposto lá na reunião do

comitê para a partir daí teoricamente algumas pessoas iriam conversar com a gente para poder discutir esse limite. E mostra na imagem o quanto tem de arroz dentro daquela cota de onze metros. Da para ver que grande parte do arroz está na área de Santo Antônio, mas mostra na imagem que tanto na cota quanto no polígono a gente tem algumas áreas de arroz, mostra um local que tem em torno de mil e quinhentos outra em torno de dois mil e quatrocentos hectares. Esse limite que estavam propondo tem como proposta de integração pelo menos o banhado grande e a chamada Lagoa da Anastácia que na verdade não é exatamente lagoa, onde estavam propondo processo de renaturalização em alguns desses pontos. Mostra na imagem onde está a área de erosão. Eles entendem que se este sistema não estiver interligado numa intervenção local para conter a erosão não vai conter nada, então provavelmente a gente está vendo outras áreas. Pede que observem uma área mais escura na imagem, quando tem um grande pulso de inundação a maior parte do fluxo da água vem nesse sentido e ele rompe o processo. Não adianta a gente conter aquela voçoroca porque outras várias já estão se expandindo de forma bastante agressiva. A gente pensa que teriam outros polígonos mas a gente apresentou essa proposta no sentido de integrar a contenção da erosão, manutenção do banhado grande e a proposta de renaturalização. Trabalharam com aquele limite basicamente a partir desse recorte, mostra na imagem de fotografias aéreas antigas quando do processo de inundação, porque naquela época naquele período ali não existia canalização. A canalização encurtaria essa área. Estabeleceram aquele limite pensando no máximo de inundação que tem na área do banhado. Então com base nisso a gente propôs um limite para manutenção, conservação ou renaturalização dependendo da abordagem do conceito mas com uma proposta para recuperar a degradação das áreas úmidas. A área da erosão está lá, lá dentro daquela área, pede que o corrijam se estiver errado, lá no polígono amarelo que se estava discutindo na reunião do comitê que seria uma proposta de restrição de pecuária e agricultura a partir ali da erosão, basicamente ali no polígono. Vejam que mesmo nessa área de forma pontual ela pega aquela área de arroz porque tinha dentro do polígono, mesmo que não pensasse no polígono vermelho o pontual teria ligação ali com uma área de arroz, que a Cecília Balsamo colocou ali a codificação mil e duzentos hectares. E a gente tem trabalhado principalmente tentando entender a erosão como funciona a mecânica desses processos. É claro que pelo escoamento da água, a gente vê que próprio pisoteio do gado ali tem impacto significativo e é um dos agentes que causam processo erosivo. Então a gente propôs a discussão desse polígono exatamente integrando essas coisas, mostra na imagem a área da erosão. Para a gente poder discutir a questão da conservação e manutenção das áreas úmidas ou parte das áreas úmidas ali na área da APA e bacia do Gravataí. Na última reunião foi perguntado a questão dos limites dos municípios, então ele mostra na imagem o limite do Gravataí, o limite de Glorinha e Santo Antônio da Patrulha e ao Sul Viamão. **Maurício** – o senhor colocou uma área de restrição de uso de agricultura e pecuária. Se não for usado para agricultura e pecuária da área proposta e não for feito nenhuma intervenção parece que pouco adianta. Qual é a proposta de intervenção? **Ivo**

**Lessa** - pede ao professor que volte em dois mil e três nos mapas da erosão. Dois mil e dez, dois mil e doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis nós tivemos muito mais chuvas que o normal. O que está caracterizando é que estamos armazenando água na parte superior da bacia. Essa água vem descendo com mais velocidade. Qual a intervenção que acha que terá que ser feita, na parte superior o que está causando esse processo de erosão é que tem excesso, acumulação de água descendo com muito mais velocidade. Nós temos um banhado que está tapado de água e essa água está descendo. **Professor Laurindo** – Em função do tempo a gente teria milhares de dados para trazer aqui. Mas se a gente pegar aqui uma série histórica de chuva de vasão e da altura da régua do rio, a gente vê que essa influência El Niño e La Niña em períodos de inundação e seca é variável. Então a gente já teve muitos períodos de El Niño que teve muita chuva no sistema porém a erosão é notável somente a partir de dois mil e dois e dois mil e treze como se vê na imagem. **Cecília Balsamo** – esse processo erosivo do canal ele é evolutivo ele não começou a montante ele começa a jusante então se observa esse mesmo processo erosivo em outra área do canal que ele foi avançando. **Ivo Lessa** - naquela reunião ano passado em Glorinha ele colocou a foto do Gravataí com seis metros hoje. Lembrou disso por que são seis metros porque lá se descarrega todos os navios de caça, ou seja, o processo erosivo do Gravataí se pensar o que está colocando vai ter que entrar com seis metros de profundidade com todo o rio, eu concordo contigo que começa a jusante. **Cecília Balsamo** – nesse ponto do banhado não tinha erosão porque ela foi evoluindo até chegar ao banhado. **Ivo Lessa** – concorda, até pode ser. Mas a sua pergunta é de dois mil e doze pra cá nós tivemos mais água acumulado na parte superior e isso causou a velocidade maior. **Lisandro Signori** – pergunta se tem esses dados concretos que teve mais água na parte superior? Ivo Lessa e Maurício dizem que tem. **Maurício** – diz que pode afirmar com certeza que o banhado aumentou, lá na região de Santo Antônio da Patrulha. Disse que pode ir junto para eles olharem as lavouras que não se consegue chegar mais. Tem lavouras que foram plantadas lá em dois mil, em noventa e oito, noventa e cinco e em noventa que hoje não chega mais perto. Está lá isso é fato, vamos lá ver, vamos procurar esses dados. Ele está afirmando que hoje o banhado é maior do que anteriormente. **Cecília Nin** – pergunta de quem são as propriedades porque ela está analisando os processos de irrigação. **Maurício** – para o lado de Viamão e Chicolomã, do lado sul do banhado tem uma área que ele licenciou que era do falecido tio Paulo Barcellos e naquela época do licenciamento ele disse que plantava mais um monte ali para dentro agora não consegue mais chegar nem para medir os pontos. Então ele afirma com toda a certeza que o banhado hoje é maior do que anteriormente. **Lisandro Signori** – o colega afirma em alguns pontos, e pergunta se ele acha que pode extrapolar essa para todo o banhado? **Maurício** – diz que não baseado numa questão de bom senso. Ele diz que está falando no banhado. **Pedro** – pergunta se o professor tem certificado município por município qual o impacto que esse polígono causaria em termos de área de lavoura e pecuária um por um? **Professor Laurindo** – acha que não fizeram por município, mas eles tem

todas as áreas de arroz mas não colocaram ali a codificação ele pode passar essa informação para vocês. Mas pede que observem o limite sobre as imagens. Se pegarem lá em Santo Antônio as áreas de arroz que vão ser afetadas nessa primeira proposta de limite, são basicamente nessas pequenas bordas e mostra a área toda que é o banhado, nunca teve arroz. Então pequenas áreas, por que acabou nessa primeira proposta de limite sendo incluída. Porque como ele falou, pegaram uma imagem em que ocorreu uma inundação para entender a dinâmica da inundação dessa área. Então não é que ele discorde do que os conselheiros estão falando que aumentou o volume do rio. Se a gente pegar uma sequência de imagens que tenha um pulso de inundação num período de seca essa área vai e volta, vai e volta. Então não é que aumentou, nesses últimos anos como o colega ali havia falado, em função do El Niño ele tem umas áreas de inundação que se expandiram ali. Mas a área de confinamento dessa zona que é do ambiente paludal, ali não vai expandir ele está restrito aquela área ali. Então vejam que são conceitos diferentes o que é banhado o que é planície de inundação do rio o que é ambiente de fundo lagunar, isso aqui no Rio Grande do Sul é o que a gente chama de banhado, que é o ambiente paludal. Conceitualmente se está pensando como classificação aqui no Brasil entender isso como o conceito de área úmida que poderia integrar essas questões. Então olhando as imagens se vê que dependendo do período de seca ou de inundação ele expande ou retrai. Isso é o processo natural dele. Mostra na imagem as áreas de arroz. Mostra as bordas que são perfeitamente retiráveis ali. **Maurício** – discorda e supõe uma chuva de cento e oitenta milímetros, hoje ela tem um impacto de enchente muito maior do que alguns anos atrás. O que ele quer dizer é que o banhado está mais inchado, sabe lá qual o termo correto. Praticamente no Chicolomã, no Jairo ele não pode chegar na propriedade nem sair e antigamente não era assim. **Professor Laurindo** – Porque esse trecho do canal do Gravataí como a gente já mostrou está totalmente **assoreado** ele perdeu em grande parte a capacidade de escoamento. Então como ele reduz o escoamento ali tende a “expraçar” a área úmida como um todo. Então o que eles estavam propondo como renaturalização era justamente para dar um equilíbrio. O que eles pensam como intervenção de forma pontual ali deveria trazer o equilíbrio. Mostra na imagem a localização de um triângulo que tem uma cota de onze metros e os conselheiros discutem que tem seis metros. **Denise Machado** – pede por uma questão de ordem e explica aos conselheiros que eles não estão propondo resolver os problemas de uma câmara temática ali. Não foi essa a proposta quando elas colocaram isso como pauta até porque tem outras coisas como pauta também para essa reunião. Existe a intenção de criar uma câmara temática para trazer essa conversa para ser discutida nesse pequeno grupo e após trazer para assembleia do conselho. **Cecília Nin** – diz que é bem importante que o Maurício tenha esses dados e traga para a câmara temática para ser discutido. **Professor Laurindo** – disse que na última reunião eles estavam dispostos a quem quisesse discutir e ver os mapas antes de discutir o limite, eles estavam totalmente abertos a discutir, mas na verdade até agora ninguém veio falar com eles. A ideia agora é uma discussão mais técnica sobre

esses vários itens. **Maurício** – pergunta ao professor quais são as propostas de obra deles. **Professor Laurindo** – nós não estamos propondo obra nenhuma. A única obra que a gente está propondo pelo menos inicialmente num ponto é para a renaturalização desse ponto, eles acham que seria viável essa proposta em três pontos mas agora eles estão propondo nesse que eles estão chamando de nível de base, onde está a lagoa Nastácia. É naquele ponto que eles estão propondo uma intervenção, não obra. **Maurício** – pergunta ao professor por que sem intervenção física nenhuma ele acredita que vai renaturalizar. Cita o exemplo de uma lavoura dentro desta área que vai dar dois metros e meio de desnível até a área próxima ao rio, qual a influência que aquela área lá dois metros e meio acima vai ter para renaturalizar o banhado. Ele não está conseguindo entender isso. O professor pergunta qual área exatamente que ele se refere e Maurício explica que próximo a Quatro Irmãos e apontam na imagem. **Professor Laurindo** – porque justamente aquela é uma área possível de ser renaturalizada, serão ativados os meandros do rio que foram cortados. Então esse limite é exatamente o polígono da inundação, ali não tem arroz. **Maurício** – diz que a pergunta dele é dali para cima até o V. **Professor Laurindo** – explica que aquela área é que eles mais estão colocando para discussão. Eles entendem que tem isso, em momento nenhum eles estão colocando isso como uma proposta fechada. Eles estão totalmente abertos a mais discussões. **Alexandre Krob** – outro aspecto, ele gostaria de entender um pouco como se dá a governança desse polígono, porque eles estão ali dentro de um grupo que trabalha com os limites da APA. Todo o polígono está dentro da APA, ou tem uma parte que está fora da APA? E o professor responde que está todo dentro da APA. E a segunda pergunta é que isso é um assunto que deve ser tratado dentro do plano de manejo? Porque se está dentro dos limites da APA não tem como fugir desse assunto. Renaturalização e negociação de interesse de uso é no plano de manejo. A sugestão dele é que tecnicamente isso seja dentro do plano de manejo. **Denise Machado** - responde que na verdade elas anteciparam porque isso está sendo discutido dentro do projeto da contratação da Metroplan. Essa discussão já está acontecendo e o plano de manejo não saiu. A gente pode se retirar dessa discussão junto a Metroplan e eles vão decidir o que eles quiserem, ou a gente pode se incluir nessa discussão e antecipar junto com as pessoas envolvidas. **Alexandre Krob** - fala que tem uma dificuldade muito grande. Se fizerem a discussão antecipada com a Metroplan estarão abrindo mão de uma série de aspectos técnicos que vão ser levantados no plano de manejo. Isso pode fragilizar a nossa abordagem, acha que seria bom se resguardar no sentido da importância do documento técnico que eles estão batalhando. **Denise Machado** – fala que o debate independe do tempo que vão levar para gerar o diagnóstico do plano de manejo, o estudo da Metroplan já vai ter terminado. É só esse o caminhar das coisas, a gente tinha a perspectiva de começar o plano de manejo antes desse estudo começar. O estudo começou, o estudo está em andamento e ele vai terminar muito antes da gente terminar o diagnóstico do plano de manejo. **Alexandre Krob** – sim, mas nós podemos ter uma posição crítica inclusive técnica dentro do que vocês já iniciaram. Significa não

reconhecer em relação a esse aspecto da renaturalização aquilo que está sendo mal conduzido dentro do planejamento da Metroplan e nos resguardar para fazer uma proposta que tenha haver com a gestão da unidade de conservação. Senão podemos ter uma relação esquizofrênica nisso. Ao abrir essa discussão levar uma proposta que não está bem negociada aqui dentro a gente pode fragilizar a nossa posição no plano de manejo. Os conselheiros concordam. **Tiago** – o que a Metroplan está propondo nessa área? Porque a preocupação lá não é com o ambiente natural é com as áreas de risco e contenção de água das zonas urbanas. Denise responde que não só das urbanas é um estudo para toda a bacia. Tiago pergunta para esse aspecto específico está previsto, e o que está previsto? **Denise Machado** – o que está previsto por exemplo que ele tem que prever soluções de renaturalização para erosão e resolver o problema de cheias. **Cecília Nin** – ou a gente renaturaliza ou eles vão colocar barragens. **Denise Machado** – só que no resultado do estudo eles não estão encaminhando nesse sentido, eles estão ignorando essa parte e estão encaminhando para medidas estruturais que a gente já viu anteriormente. **Lizandro Signori** – mas vocês pediram uma revisão, está na ata da última reunião. **Denise Machado** – sim já pedimos na fase de levantamento de dados e agora na fase do diagnóstico, enfim o projeto está andando. **Ivo Lessa** – sobre o que o Alexandre colocou é muito importante. Mas tem que ver a questão do Ministério Público o inquérito civil, nós estamos aqui discutindo duas coisas uma pauta da Metroplan do processo erosivo isso podemos ir discutindo. Mas só que o nosso prazo para essa discussão aqui pontual não é o plano de manejo, se for o plano de manejo ele se retira e vai para casa. Estamos discutindo uma questão pontual que é uma APA e surgiu ao mesmo tempo essa questão. Uma coisa é o plano de manejo outra é essa questão pontual que nós temos hoje. O que nós decidirmos aqui vamos aguardar o plano de manejo ok, abre-se a discussão, criar proposta do Laurindo essas intervenções que ele quer ou uma intervenção na parte superior alguma coisa neste sentido ok. Mas nós não temos essa tranquilidade hoje para ficar esperando isso. Espera que tenhamos condições de tirar um produto que vá atender lá adiante a questão do plano de manejo, ele acha que essa é a discussão daí concorda com a criação de um grupo de trabalho para que a gente possa voltar a discutir para entrar num consenso. **Alexandre Krob** – a dúvida é se a gente tem de fato um conflito mesmo ou estamos potencializando ele. Porque a renaturalização não é uma abordagem de interesse da gestão da unidade de conservação do ponto de vista dos benefícios ambientais que vai trazer. Existe uma defesa muito forte aqui dentro do conselho de grandes intervenções de obra? Se isso não existe é um ponto de vista que a gente tem que levantar. Qual o ponto de vista do conselho, a Metroplan tem que atender tecnicamente a proposta de renaturalização e a gente tem subsídios para isso, porque eles não foram discutidos nos detalhes. Os detalhes nós não vamos chegar aqui, os detalhes vamos deixar para eles nos respondam. Nós não temos que ir lá responder por eles. Estamos fazendo um trabalho que está pago para fazer. Fala ao professor Laurindo que não temos que analisar aqui coisas técnicas que não vamos resolver num curto

prazo. A nossa posição tem que ser contundente. **Professor Laurindo** – Precisamos pensar numa questão. Essa questão de tempo que o Alexandre fala. Se pegar aquela imagem de dois e três e a imagem de dois e dez se vê que a velocidade e agressividade do processo erosivo. Isso daqui a dois três quatro cinco anos vai ter um impacto direto sobre a área do banhado como a gente está vendo aqui em dois mil e quinze. Olhem quanto o processo erosivo já avançou sobre a Lagoa do Guará, está a pouquíssimos metros de distância. Então o processo vai ter uma velocidade significativa, vai ter um estrago na Lagoa do Guará, no banhado isso daqui a dois três anos. E aí é aquela questão, certo a gente vai esperar ter esse estrago todo para necessitar ter que fazer uma obra de engenharia que vai custar milhões. Tem toda essa dinâmica que o Alexandre fala, mas a erosão não está esperando. **Denise Machado** – falou que teve uma reunião extraordinária do Comitê Gravataí que trabalhou esse assunto e que surgiu essa proposta desse polígono de exclusão de pecuária e agricultura. Diante disso como temos uma longa caminhada antes de ter o diagnóstico do plano de manejo, a gente trouxe no mínimo esse assunto para ser discutido dentro do conselho. **Alexandre Krob** – faz uma sugestão de encaminhamento se não for de conflito. O Laurindo nos trouxe todos os alertas que estão aí com fundamentação técnica, nós não precisamos discutir uma resposta. Nós temos que como conselho enviar esses subsídios para Metroplan e dizer essa é a nossa preocupação com renaturalização, respondam. Denise concorda e diz que até já fizeram isso e Alexandre diz que o conselho pode fazer. **Teresinha Guerra** – acha extremamente válido a proposta do conselheiro Alexandre. Apesar de nós já ter encaminhado para a Metroplan, todos nós conhecemos o qual é o processo da Metroplan em si, principalmente pelas empresas que estão atuando ali. Eles tem uma certa tendência de a barragem ser o empreendimento mais importante. Mas ao mesmo tempo tem o conselho consultivo que pode dar o indicativo que nós queremos, não propostas de execução mas assim o que é que a gente tem como objetivo para a APA e também é importante que o comitê se manifeste a respeito disso. O comitê se torne importante também nesse item. **Manoel Adams** – fala que ali ele representa o comitê Gravataí. O Ministério Público pediu uma extraordinária para o comitê o Sérgio abriu a reunião veio nessa extraordinária uma proposta do Ministério Público, restringindo aquela área amarela produção de arroz e gado e na área vermelha toda a produção agrícola. Isso o Ministério Público colocou em votação dentro do comitê porque ele quer encaminhar para os órgãos licenciadores a FEPAM restringindo as licenças e posteriormente outorgas então isso é automático. Nós soubemos que está sendo gasto quinze milhões de reais num estudo dentro da bacia, um que é RTC nove um setor de estudo que a gente já identificou mais ou menos a solução do problema que é um dique para Alvorada já com verba destinada duzentos e vinte e oito milhões e o RDC dez que está estudando toda bacia e o questionamento é esse. Acha que foi bem colocado muito bem mas de repente estamos atropelando, claro há urgência? Parece que há, mas essa urgência é tão rápida assim? Até porque está tendo esse estudo todo e tem custo altíssimo. Abre a possibilidade de ter existido alguma indicação para o

Ministério Público com outros estudos que existiam antes porque ele estava na reunião quando foi provocado o RC dez ou nove não lembra, são dois grupos ele tem acompanhado e um desses foi provocado pelo Ministério Público porque que não se avaliava os estudos já existentes dentro da bacia. E daí esse estudos existentes apareceu a indicação desse problema que estava acontecendo dentro do banhado. E por isso só para deixar um pouco claro para os colegas conselheiros que o assunto inicia aí e está encaminhado para o comitê sim para a próxima reunião do comitê avaliar essa possibilidade. Já adiamos uma reunião até porque pelo que ele entendeu os conselheiros do comitê quase ninguém conhece o local. Denise diz que o Paulo Muller conhece bem. **Professor Andreas** – no entendimento que ele teve a proposta da METROPLAN é muito mais agressiva do ponto de vista ambiental inclusive para produção naquela área. No momento que tu alaga inviabiliza completamente, mas ela tem o polígono aparentemente menor e ainda ajustável de alguma forma e em outras análises dá para ver o quanto ele está vinculado a outras legislações ou coisas desse tipo. Ele é muito menos agressivo do ponto de vista ambiental como solução e do ponto de vista de produção também. Então dentro do conselho eles estão bem tranquilos a dizer que a METROPLAN é que tem a obrigação de demonstrar porque que isso é mais interessante ou menos interessante ou o quanto isso está vinculado ou responde as soluções, sabendo que tem um estudo que tem outra alternativa. E é isso que o conselho quer informar ele não quer mudar o curso nem atropelar e nem antecipar decisões só que eles tem que enxergar a coisa mais ampla do que simplesmente colocar uma barragem. **Cecília Nin** – na verdade eles vão propor cenários, porém não estão levantando dados para prever cenários de renaturalização. **Denise Machado** – acha que até seria interessante que o pessoal de Santo Antônio pudesse ir mais nas reuniões. Até essa ilusão de uma cota baixa para uma barragem não é uma barragem adequada para contenção de cheias. Se o objetivo é uma barragem é uma barragem para a contenção de cheias e então tem que conter uma cota bem alta. Já foi dito isso em reunião, quem está podendo acompanhar as reuniões está podendo ouvir isso. O que estamos falando aqui é de compatibilizar realmente, se a gente vai ter uma coisa que não serve para quem está produzindo que não serve para área ambiental, não serve para ninguém para que então? Vai servir para quem é engenheiro vai servir para ganhar licitação para construir só para essa pessoa. **Allan Costa** – diz que sim esses dados tem que ser a partir deles, eles estão compilando dados. **Professor Laurindo** – diz que teve que falar tudo muito rápido por causa do tempo e não conseguiu abordar as coisas até que ele queria abordar. Mas ele sabe que às vezes olhando esses mapinhas é difícil compreender uma quantidade grande de coisas e conceitos. **Ivo Lessa** - fala que o Laurindo deixou bem claro que se propõe a discussão. Vamos criar um grupo de trabalho para discutir propostas para isso e propõe o tempo para poderem colocar ao Ministério Público. **Cecília Nin** – diz que na verdade o Ministério Público não está pressionando o conselho da APA para a resposta esta vem daqui de dentro da nossa preocupação em resolver o problema. Então quem estipula o prazo aqui pra ter

um parecer somos nós. **Ivo Lessa** – sugere a criação de um grupo de trabalho para essa questão, porque o que está no quadro aflige. **Pedro** – os produtores que estão ao longo deste curso que tem lá seus negócios familiares carregados a gerações. Esse tipo de proposta teria que vir com informação bem precisa, qual o nome o endereço da propriedade que vai ser afetada, de maneira ela vai ser afetada de que maneira ela vai ser afetada, qual o impacto direto econômico que vai ter sobre essa propriedade. Se nós viermos com uma série de conceitos que banhado é um termo rio-grandense, que áreas úmidas é um termo nacional e se generaliza a discussão assim e se deixa de lado o CPF do produtor que está ali, ele fica um pouco preocupado acha um pouco nebuloso isso aí. É preciso juntar informações. **Cecília Nin** – entende que a gente pode tirar desse grupo técnico é que tem que ser feito um levantamento fundiário, vamos tentar captar recurso para fazer esse levantamento fundiário e de repente indenizar alguns proprietários. Tudo isso vai sair do grupo de trabalho que vai ser criado. Não pode ser feito injustiça. **Pedro** – a própria APA prevê o uso sustentável então tem que ver de que maneira vai ser esse impacto para essas pessoas que vivem e trabalham lá. Os conselheiros debatem o assunto e concluem que tem várias coisas que serão afetadas, existem várias soluções e tem ver qual a que melhor se enquadra, então a discussão tem que andar. **Denise Machado** - esclarece o que tem diferente do que ela colocou para Ivo. A gente tem um plano de bacia, tem um comitê de bacia que está com a captação de recursos hídricos, isso foi uma coisa que o próprio promotor colocou para nós. Se essa zona sair para um comitê ela sai para captação, ela não pode sair como zona de restrição de uso, ela só vai sair de uma zona de restrição de uso se for daqui da APA. Porque a APA trabalha com outras questões ambientais além de simplesmente a questão de qualidade e quantidade de água na bacia. Então por isso que vai sair desse fórum. Nós não temos prazo para resposta, não temos nada definido aqui nesse conjunto, nesse fórum estabelecendo um prazo para resposta sobre isso aqui. Temos alguma coisa acontecendo no comitê e temos alguma coisa acontecendo na METROPLAN que a gente vem acompanhando e a gente vem trazendo as respostas. Então a gente tem dois encaminhamentos possíveis que foram colocados. Um que a gente não instaure uma câmara temática para a gente debater isso antecipadamente considerando que isso também é um debate do plano de manejo. E fazer uma manifestação do conselho, pede que a corrijam se estiver errada, uma manifestação do conselho para a METROPLAN para que sejam realmente inclusas, considerando o que está previsto no termo de referência, as informações necessárias para que se gere um cenário de renaturalização também, além do cenário da barragem. Considerando que isso seria uma coisa de interesse de todos que estão aqui. A outra proposta é instaurar a câmara temática e começar esse debate. Temos essas duas propostas de encaminhamento. Pergunta se querem votar ou discutir alguma coisa. **Maurício Barcellos** – fala que representa a agricultura, fala em nome da categoria sindicato rural e associação dos arroteiros e eles da categoria agricultura, pede que isso conste em ata, são parceiros querem discutir e até ajudar a resolver. No entendimento dele Maurício, entendimento particular,

talvez um pouco técnico porque ele também é técnico. Faz tempo que não vai lá, estão para ir na próxima quarta-feira visitar essa área, ele acha que deveria ter uma intervenção sim e não só uma intervenção ajustante. Denise interrompe e diz que esse debate deve ir para a câmara temática. Maurício concorda e diz que quis salientar que os agricultores são sim parceiros para ajudar, para resolver. Nós não somos aqui os destruidores de natureza que estão avançando o banhado e que querem que seque. Não muito pelo contrário, aquilo lá é a vida deles. Se secar aquilo lá acabou a produção. Eles são produtores mas não são burros, então eles são parceiros sim, gostariam de discutir. Sugere ao professor uma visita lá, todos juntos. Pensa que a ideia do professor quase foi acatada, por que não discutir e ir lá ver a área. Por que não tentarem fazer um ajuste ali naquela área na poligonal, e daqui a pouco a solução está fácil. **Professor Laurindo** – lá na reunião foi proposto que quem quisesse discutir repensar o limite, fazer propostas, bastava procurar o nosso grupo que eles estavam abertos para discussão. A reunião foi dia dez de maio, trinta dias, a gente está lá aguardando. **Alexandre Krob** – sobre as duas propostas, acha que podem acontecer simultaneamente. Por exemplo o GT tem que trabalhar com algumas informações, inclusive quais são as áreas consolidadas em dois mil e oito para ver se de repente muita coisa que está ali, se na verdade poderia, são coisas que tem que ser avaliadas, são vários elementos. Então só um GT pode discutir esses elementos todos. Agora a nossa manifestação para a METROPLAN tem que ser urgente e nós não estamos apoiando esse polígono quando nós nos manifestamos. Nós estamos nos manifestando de a preocupação que tem que tratar é que tenha subsídio técnico a ser considerado, é só isso, é simples. Podemos levar as duas e esse grupo de trabalho, aprofunda a discussão. Inclusive na nossa manifestação falamos do grupo de trabalho, para poder cobrar mais forte da METROPLAN, esses quinze milhões. Acha que se ninguém for contra podem encaminhar as duas propostas. **Cecília Nin** – Acha que deveriam trazer eles na próxima reunião para cobrar deles pessoalmente. Pergunta se todos concordam em fazer um GT para discutir isso ou alguém não quer? Pergunta se querem colocar em votação? Os conselheiros acham que não há necessidade, é consenso. Então quem se disponibiliza? Maurício Barcellos como convidado porque não é conselheiro, Ivo Lessa, Alexandre Krob pelo Instituto Curicaca, UFRGS entra com o Laurindo, o pessoal da FMMA de Gravataí, podem mandar um e-mail geral para quem quiser se manifestar no prazo de uma semana. Ivo Lessa diz que sim, mas quem já se manifestou já está valendo, todos concordam. FZB Ricardo Aranha, Município de Glorinha com Lauro, Santo Antônio da Patrulha com Allan, Manoel do Comitê. E pergunta como será construída a manifestação do conselho. Ficou definido que em sete dias Cecília fecha o documento e entrega.

## **Pauta – ELETROSUL**

**Denise Machado** – passa para o próximo ponto de pauta acha que pelo teto da hora não conseguirão vencê-lo, mas como não vão contar com a presença da ELTEROSUL aqui acharam por bem deixar para o final. Na reunião da

câmara temática foi mandado por e-mail, teve algumas dúvidas que foram levantadas e mostrou no quadro quais eram elas e foi dado um certo prazo para quem mais quisesse colocar mais alguma coisa especificamente. Ainda não foi repassado isso para eles, mas a gente fez um parecer que foi encaminhado para o conselho, confirma se todos receberam aquele arquivo gigante, foi o anexo junto com a ata a parecer da divisão. Bom da Câmara temática surgiram as dúvidas então com relação as linhas de transmissão individualmente no processo de licenciamento. O quanto que essas linhas escoam energia gerada para o litoral, dos parques instalados e em vias de instalação. O quanto que essas linhas atendem individualmente a demanda da região metropolitana. Como isso está no estudo muito genericamente, é preciso apresentar os dados para verificar a demanda real seja presente ou projetada. Essa dúvida também é uma dúvida da gestão que a gente também expôs para eles em reunião específica a FEPAM particularmente disse que isso está no EIA, a gente até os desafiou a encontrar. Porque várias pessoas que leram dizem que está dito lá de forma genérica, a gente não sabe portanto se daqui a pouquíssimo tempo tem uma projeção de ter outro empreendimento igual para gerar o mesmo impacto que a gente poderia ter evitado se fossem agrupados. O que eles colocam para nós em relação a isso é que o planejamento do sistema elétrico não é de competência da eletrosul então eles vão atrás da empresa de pesquisa energética para saber se existem outras linhas de transmissão projetadas para a região. Mas enfim eles tem que dar a resposta. Então a partir dos questionamentos anteriores se vão ter outros empreendimentos similares. Sobre a linha de transmissão Capivari Viamão na região das Estância Grande por que não houve um traçado alternativo nesta região paralela a linha de transmissão da CEEE já instaladas ou mais próximo a ela, tendo em vista que essa outra região passa por ambientes mais alterados. **Lucídio** – se apresenta dizendo que é da Quinta da Estância apresentou para o conselho, vai ler rapidamente porque acha importante como está ali. Uma carta para o conselho onde foi colocada relação de flora, moluscos, crustáceos, abelhas sem ferrão, peixe, anfíbios, reptéis, aves. Relação dos criadores e conservacionistas, que ali passa muito perto. Diz que ali tem um banco genético espetacular, mamíferos e juntaram também um trabalho de doutorado da UFRGS sobre crustáceos, ou seja, lagostinha de água doce que é super importante na região. Considerando o que o que consta a folha dois quatro cinco, segue lendo as considerações e informa que diante destas desaconselham a instalação. A linha em grande trecho segue paralela a linha da AMBEV e descreve o traçado da linha. Explica que é um detalhe que aumenta o trecho e não justifica porque é que foi transferido. O traçado invadiu um ecossistema importantíssimo de flora e fauna existente sem estudo de impacto ambiental local. Segue a leitura da carta e diante de tudo que foi exposto pede que o conselho negue. **Denise Machado** - agradece a contribuição do Lucídio. Como o Lucídio mesmo disse a gente tem pouquíssimos subsídios e isso também foi uma das perguntas. Quais os impactos sócio ambientais do empreendimento em cada região da APA. Denise diz que vai tentar ir mais para o fim da apresentação para falar um pouco do

parecer nesse sentido. As áreas de estudo regional é importante comentar porque a nossa análise foi toda baseada no termo de referência que é o documento que diz como tem que ser feito o estudo de impacto ambiental. As áreas de estudo regional elas eram no termo de referência unidade de paisagem. E dentro dessa unidade de paisagem deveriam relacionar lugares que são mais ambientes de determinadas espécies para ir lá fazer as amostragens específicas. A gente não sabe muito bem como isso aconteceu, mas isso foi dito para nós em reunião que no momento em que foram fazer o plano de trabalho que o documento que diz como a empresa vai executar o termo de referência eles mudaram diretrizes do termo de referência. Uma delas foi a área de estudo regional, eles usaram uma área arbitrária, cem quilômetros para cada lado e não consideraram as unidades de paisagem. Enfim a gente entende que não deveria acontecer porque não tem como modificar o plano de trabalho, não tem como modificar a diretriz do termo de referência, mas de fato isso aconteceu. A FEPAM deu aval para isso em reunião. **Lizandro Signori** – pergunta se isso não seria até meio ilegal, eles contrariarem o termo de referência. **Denise Machado** - pois é a gente entende até que não consegue dar resposta se colocar cem quilômetros para cada lado. Uma ave de grande porte ela se desloca por áreas muito maiores que isso. Mostrou o mapa das unidades de paisagem para terem ideia do que seriam as áreas que eles teriam que verificar. E as áreas que eles não mostraram. E isso que nem dentro das áreas dos cinco quilômetros por exemplo não tem sequer um ponto de amostragem. Tudo que foi levantado pelo Lucídio aqui com relação a Quinta da Estância eles não fizeram nem dados secundários nem amostragem de campo daquela região. Tem outra região mais ao sul que sabemos que tem bastante butiazal e outros ambientes que podem ser afetados e também não tem amostragem. Tem uma região ali onde eles propõe o desvio na região dos banhados, no estudo de impacto ambiental eles sequer citam o desvio e não fazem nenhuma amostragem lá. Nessa que já deu problema lá em Sapiranga e que já negaram a passagem dela, tem essa passagem ali da região dos morros. Lá na região dos morros de Glorinha não tem nenhum ponto de amostragem. Mesmo na área mais restrita de amostragem eles tem um déficit de amostragem muito grande. Então tanto para a fauna quanto para a flora isso gerou uma carência de informação muito grande para a gente conseguir ter subsídios para dar respostas sobre esse trabalho. Enfim a pressão política vem, mas a gente tem as nossas convicções técnicas do que é preciso solicitar. A gente já colocou isso em duas oportunidades, em duas reuniões e a gente não dá um sim ou não baseado no nada. O nosso trabalho é avaliar quais são os impactos. Como é que sem saber quais são os impactos que vai gerar a unidade de conservação, como é que a gestão da unidade vai dizer se aquilo é compatível ou não para os objetivos da unidade de conservação. E aí eles geram um mapa que já na parte de análise parece que a APABG ela é toda homogênea. Porque ela tem o mesmo grau de impacto todo em amarelo, que seriam os graus de sensibilidade ambiental. Então eles consideram as unidades de proteção integral com um grau de sensibilidade mais alto de uso sustentável com grau de sensibilidade mais baixo e fora da unidade com grau

ainda mais baixo. Não precisa fazer um levantamento de campo para gerar isso. E ela como técnica da unidade de conservação não consegue dizer se melhor passar por aqui ou por ali por outro lado, porque o mapa não diz nada, por aquele mapa a APA é toda igual. Então esse é o grau de falta de informação que a gente trabalha e aí vem pressão política para liberar uma coisa que não tem subsídio nenhum. Então que se gere subsídio para gente poder trabalhar em cima dele. Foi a partir disso que surgiu o parecer e lá no final na parte de análise ele gera essa tabela diz uma série de coisas para supressão de vegetação, supressão no eixo principal, perda de água para fauna aquática e enfim perda de espécie endêmica que só tem dentro da APA. Cita mais alguns itens da tabela e diz que por aquela tabela ali se indefere de olho fechado. O diagnóstico não diz subsídio nenhum, isso é informação extremamente genérica. Baseado nisso quase todos os objetivos da unidade de conservação são atingidos pelo empreendimento. **Ricardo Aranha** – pergunta quanto vai ser perdido de floresta, de banhado de campo nativo? **Denise Machado** – campo nativo eles sequer levantaram. E Ricardo Aranha observa que eles nem consideram, Denise concorda. Como o estudo não prevê como esses impactos podem ser evitados, não temos subsídios. A gente teve duas reuniões para explicar o parecer, uma para explicar o parecer para FEPAM e uma vez para o empreendedor eles nos pediram para explicar um pouquinho mais, detalhar especificamente o que a gente quer, porque a princípio essas questões vão valer só para dentro da unidade de conservação. Enfim o que nos cabe que é a unidade de conservação a gente vai pegar esse parecer e especificar mais do que já foi especificado. Para a reunião que vem a ELETROSUL vem aqui pra esclarecer as questões do conselho. Acredita que já vão estar com as questões da APA recebidas e a gente tinha a intenção de tirar daqui mais algum questionamento que o conselho tenha além daquelas perguntas anteriores, infelizmente não dá tempo. Pergunta se querem voltar nas perguntas para revisar? A princípio na próxima reunião eles vão vir aqui para tirar as dúvidas que vamos encaminhar para eles anteriormente. Próxima reunião primeiro de agosto. **Cecília Nin** – pede que todos leiam o parecer já que foi enviado a todos e solicita que façam suas considerações. **Professor Andreas** – ele tem trabalhado há algum tempo com licenciamento do Estado e existe uma tendência eterna de fragilização e fragilização que afeta inclusive o empreendedor. A gente tem que pensar como o empreendedor agiria com a gente no momento de fornecimento de um produto que não deu certo. Ele quando vai pedir uma ligação de uma empresa de transmissão, eles vão checar lá e se tiver alguma inconformidade ele deve ser rápido e rasteiro na resposta dele. Não, quando tu tiveres em conformidade, tu entra com pedido de novo e daí será atendido. Ele trabalha em cima de uma lógica que a gente tenta ajudar o empreendedor, ele entendeu o que ele deveria fazer. A única coisa que eles tentam fazer e tentar executar um negócio e executam mal. E aí vem uma secretária dizer que ela está empenhada em fazer gestão e dar celeridade no processo. Como é que dá celeridade no processo? Em um mês ele daria a resposta. Não, quando o teu estudo estiver em conformidade, ou seja, respondida todas as questões que foram levantadas no TR a gente

analisa de novo e talvez rapidamente a gente consiga te dar uma resposta. Por que o empreendedor também precisa de um sim ou um não, até porque se for não ele vai colocar aquele investimento dele em outro lugar, ou vai tentar qualificar. Agora, não veio informação para justificar o teu empreendimento, que loucura é essa? Então ele acha que a gente tem que dar um não até para orientar que esse processo seja feito com honestidade com o empreendedor e com a sociedade. Quais são as inconformidades que tem? Não justifica o empreendimento para que se admita sequer avaliar se tem impacto ambiental ou não. Dois, não avalia alternativas tecnológicas que é um aspecto extremamente importante e que tem haver com impactos diretos e indiretos que é a escolha do tipo de cabeamento de transmissão. Dependendo do cabo ele tem mais ou menos perda. Perda significa geração evitada. Pode deixar de construir uma hidroelétrica, parque eólico o que quiser simplesmente por escolher os cabos. A porque são mais caras as novas tecnologias, mais tem que colocar nos custos desde o processo de produção da montagem do equipamento. Não tem em nenhum momento uma avaliação alternativa tecnológica para cabeamento torre e elas podem ter implicações e impactos evitados, por exemplo a eletrocução por aves. Lá tem aves de grande porte que podemos usar como indicação ou poleiros para repouso, aves de rapina e assim vai. Nada disso está avaliado. Inconformidade também na avaliação tecnológica. **Cecília Nin** – eles tem a chance de complementar. O professor concorda mas e daí onde é que eles estão. **Cecília** explica que tem que abrir esse espaço para eles agora se eles não atenderem o que a gente pediu aí sim tecnicamente a gente vai indeferir, porque eles não atenderam o que está no parecer e assumiram isso. **Lizandro Signori** – a própria CONAMA prevê esses prazos. Os conselheiros discutem quanto tempo mais será dado para eles. **Professor Andreas** – sugere outro encaminhamento, em algum momento o conselho vai ter que dar a sua posição. Isso fragiliza todo o processo de licenciamento. Acha que estão negociando prazo demais. Acha que tem que dizer um não claramente. Cecília diz que a pressa é deles e professor Andreas diz que a pressa é da sociedade. **Lizandro Signori** – pergunta se esse prazo pode ser prorrogado. **Tânia Peixoto** – disse que leu no jornal em Sapiranga fizeram audiência pública e impediram totalmente. A impressão que se tem é que eles estão subestimando a minha capacidade de entendimento no conselho e tentando enrolar para usar esse subterfúgio que o poder público impede que as coisas andem. **Cecília Nin** – diz que a gente tem tudo isso registrado, quem está no processo sabe que a lentidão não é nossa. **Ivo Lessa** – a nossa posição como conselho é entender que pode passar ou não. Ele até não gostaria de entrar muito a fundo na parte técnica, acha que essa parte é para gestora. Denise Machado responde que o conselho tem que se manifestar é um trabalho técnico de estudo de impacto ambiental. É uma obrigação do conselho. **Ivo Lessa** – pergunta então qual é a proposta por que não em cima da Free Way. **Cecília Nin** – responde que é isso que todos querem saber e eles não dizem. Os conselheiros discutem que o empreendedor tem que procurar local adequado e mais barato porque a sociedade o imposto que vai pagar. **Alexandre Krob** – quer só lembrar um pouquinho do tempo, já faz dois

anos. Isso começou com uma linha da Enerfin que ia passar por dentro, fizemos uma denúncia para o ministério Público. O MP pressionou a Secretaria de Meio Ambiente que acabou chamando uma reunião com o empreendedor que acabou abrindo mão e jogou a linha conjunta com a ELETROSUL. Então tem dois anos mais ou menos de envolvimento e o ano passado nós tivemos uma apresentação da empresa na FZB. Lá foi apresentada as alternativas dos traçados que nós exaustivamente fizemos uma série de sugestões de informações que poderiam ser prestadas e já tinham os TRs que também foram desdobramento de certa forma dessa situação e que um grupo grande de trabalho envolvendo várias instituições estavam discutindo o que tinha que ser feito para poder fazer o licenciamento mais adequado. E agora recentemente ele não sabe se está clara essa informação mas foi chamado por uma instância de decisão dentro da Secretaria de Meio Ambiente que não é instância normal. Então é isso, nós estamos fazendo o papel de deixar rolar e aqui está claro que a intenção é chegar num momento de licenciamento qual seja a situação que for. Ele não entende por que a gente tem que se condicionar a uma dinâmica estabelecida entre a unidade de conservação vocês gestores num processo de licenciamento. A reunião extraordinária foi cancelada, hoje a empresa ia vir aqui não veio, então até quando. Ele acha que tempo já foi dado. Ele representando o Instituto Curicaca, tem os subsídios necessários para dizer que não é viável nesse momento agora, nós não precisamos mais de tempo para dizer isso. Tempo já foi dado. Podemos dizer aqui que o conselho aqui não está anuindo, claramente isso pode constar em ata. O que vocês como gestoras vão fazer com a nossa decisão a vista do processo administrativo internamente é uma questão de gestor. Agora o conselho pode se posicionar aqui, temos subsídios suficiente e temos tempo suficiente e temos autonomia para fazer isso e já fomos pra lá de enrolados. Quando tem um processo de caso político rolando por trás disso que está mudando reuniões, mudando processo, pessoas. Pra nós chega. Estamos propondo com esses subsídios que o conselho diga não, isso nós não anuímos. **Cecília Nin** – diz que vários conselheiros ali tinham dúvidas, não era posição do conselho. **Denise Machado** – diz que podem por em votação não sabe se tem quórum. **Lucidio** – diz que leu o documento e achou extremamente mal feito. **Alexandre Krob** – propõe uma votação agora pela NÃO ANUÊNCIA, nesse momento com as condições que nós temos. Conferido quórum, entra em votação. **Lizandro Signori** – fala que não é essa manifestação que vai parar o processo, vão repensar. Acha importante até como estratégia de ver até que ponto o conselho vai conseguir mexer um pouco com essa situação. Quebrar um pouco esse jogo de empurra empurra. E diz que ele apoia a proposta. **Cecília Nin** – pede que os conselheiros titulares ou suplentes na ausência do titular levantem a mão para conferir novamente o quórum. Fechou dez instituições. **Ivo Lessa** – sugere então quem sabe não votar e conselho não se posicionar. Os conselheiros discordam e discutem mais um pouco e decidem votar. A proposta entra em votação, o conselho acha que o EIA não atende nesse momento os subsídios necessários. **Cecília Nin** pergunta se alguém se abstém? Duas abstenções Ivo Lessa e Cristiano.

Pergunta se alguém é contrário a proposta do Alexandre? Restante a favor, sete a favor e duas abstenções.

### **Pauta . Assuntos Gerais**

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Cecília Nin encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu Ana Paula Ribeiro lavrei a presente ata.